

A IGREJA CATÓLICA E OS MECANISMOS DE ATUAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO (1955-1964)

Bruna Marques Cabral*

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os mecanismos e as estratégias políticas elaboradas pela Igreja Católica, para manter a sua hegemonia no meio rural brasileiro, entre 1955-1964. Além disso, iremos demonstrar como a Igreja Católica se inseriu nos debates sobre a reforma agrária, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então. Destarte, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo. Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira* como principal fonte de compreensão dos discursos supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica, reforma agrária, estratégia de hegemonia, Revista Eclesiástica Brasileira.

ABSTRACT

This study aims to analyze the mechanisms and policy strategies devised by the Catholic Church to maintain its hegemony in rural Brazil, from 1955 to 1964. Furthermore, we demonstrate how the Catholic Church has entered the debate on agrarian reform in the period in which sectors of Brazilian society is radicalized and the agrarian question was at the heart of disputes then. Thus, we analyze the discourses produced by Brazilian Catholic intellectuals regarding their concerns with the field. Thus, we examine the Brazilian Ecclesiastical Magazine as the main source of understanding of the above discourses.

KEYWORDS: Catholic Church, agrarian reform, hegemonic strategy, Magazine Ecclesiastical Brazilian.

Introdução

O pressuposto fundamental deste artigo envolve a compreensão dos mecanismos utilizados pela Igreja Católica, a fim de manter sua hegemonia no meio rural brasileiro entre 1955-1964.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Diversidade Étnica e Educação Superior Brasileira pelo Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Leafro/UFRRJ). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Não deixaremos de fora de nosso horizonte de análise, o posicionamento da referida instituição acerca da reforma agrária, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então. Assim, examinaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira*¹ como principal fonte documental para a compreensão dos discursos supracitados. Tal publicação periódica foi fundada pelo Frei Thomas Borgmeier no ano de 1941, com o intuito de ser um elo entre o clero brasileiro, que se encontrava disperso pelo enorme território nacional, o que resultava em grande dificuldade de comunicação. Sendo assim, a revista serviu como um espaço de debates, no qual padres, freis e teólogos, expuseram suas reflexões a cerca de diversos temas, tais como, teologia, espiritualidade e realidade sócio-religiosa.

A “Revista Eclesiástica Brasileira” se torna assim, espontaneamente, um ponto de referência, para todo o clero, de norte a sul, secular e regular, das cidades e dos sertões. Suprimindo as distâncias e aproximando os corações, despertando o zelo de uns e excitando a coragem de outros, a REB será um laço de união entre o clero do Brasil.

Em “Revista Eclesiástica Brasileira” se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro...nossas secções não se limitam a Teologia Dogmática, Moral Pastoral, Direito Canônico, exegese, Homilética, Catequética, Liturgia, Ascética, etc., mas comportam qualquer assunto a fim, desde que se relacione com as coisas da religião, como sejam Filosofia, Ciências naturais, Pedagogia, História, Sociologia, Arte religiosa, etc. (R.E.B., 1941, p. 2, 3)

Podemos dizer que a Igreja Católica sempre desempenhou um papel importante nas temáticas políticas do país. Desta forma, ao ser afastada dos centros de decisões na sociedade moderna, a presente instituição buscou nos grupos subalternos da população, o novo sustento para reconstruir seu poder. Assim, ela teria que construir o seu discurso por meio de uma releitura de sua tradição, concomitantemente à apropriação das representações dos desfavorecidos, tendo em vista uma ampla base social.

Com efeito, a estrutura desta pesquisa pode ser dividida da seguinte forma. Na primeira parte deste artigo, as análises se focarão nas estratégias utilizadas pela Igreja para conservar sua influência no campo. E, também decidimos contextualizar a Igreja na

¹ A Igreja Católica possui diversos veículos de comunicação, no entanto utilizei a *Revista Eclesiástica Brasileira*, uma vez que tem sido uma fonte pouco analisada na compreensão das questões políticas do período estudado.

conjuntura maior do seu tempo, para isso promovemos um pequeno debate bibliográfico com alguns autores que refletiram sobre o tema.

No momento seguinte, procuramos demonstrar como a Igreja se inseriu nos debates sobre a reforma agrária, haja vista que diversos segmentos da sociedade apresentavam um determinado posicionamento acerca da questão agrária brasileira.

A Igreja Católica apresenta um novo modelo de influência

A Igreja Católica no Brasil durante a década de 1950 se afinou com o desenvolvimentismo, uma vez que este possibilitava à referida instituição não entrar em contradição com os fundamentos de sua doutrina social, além de permitir que ela se valesse de um discurso técnico e político com escopos e metas bem delineados para interferir na política nacional. Percebemos que a Igreja seguiu a lógica desenvolvimentista, a fim de aprofundar sua aliança e influência sobre o Estado. No entanto, devemos ter em mente que apesar da Igreja ter assimilado alguns aspectos daquela ideologia, a referida instituição apresentou seu próprio projeto, no qual buscava nas classes populares um novo sustento para executá-lo.

Durante as décadas de 50 e 60, a Igreja reconstruiu seu modelo de influência e isso gerou uma alteração nas relações entre esta, o Estado e a sociedade. Nesse sentido, Krische (1985) expõe uma proposta dentro da lógica marxista, onde as instituições da sociedade civil (dentre as quais a Igreja) apresentam um nível definido e conjuntural de combinação ou confrontação entre as classes da sociedade, e que uma de suas funções seria a de servir como mediadora dessa correlação de forças. Deste modo, o Estado deixaria de ser o mediador entre a Igreja e a sociedade civil, e a Igreja é quem se colocaria como intermediária entre o aparelho de Estado e a sociedade civil.

Por outro lado, Roberto Romano (1979) define a Igreja como um *Corpo Místico*, isto é, instituição dotada de uma coerência própria – designada pelo autor como um projeto teológico-político. Por tal razão, para Romano (1979), a Igreja não pode ser interpretada como um instrumento ideológico do Estado, dado o alto grau de independência em seus projetos. Logo, ele parte da premissa que a Igreja possui uma política e uma lógica próprias, no entanto faz alianças com o Estado para continuar

exercendo influência na sociedade. Em contrapartida a esta linha teórica, temos em Bruneau (1974) um outro olhar sobre a instituição, pois este acredita que a Igreja não é um ator totalmente livre em suas relações sociais, ou seja, tal instituição está presa em seu arrolamento com outros atores, inclusive o Estado, e depende deles para sua sobrevivência.

Segundo Mainwaring (1989), a Igreja Católica não é uma instituição política, no entanto têm um efeito político inegável, como tantas outras instituições sociais. Deste modo, o autor argumenta que a função da Igreja é a de encorajar a mudança sem assumir, todavia, o controle dos processos da mesma, tendo em vista a defesa de seus interesses e a expansão de sua influência. É, portanto, um raciocínio pautado nas condições sociais condicionadoras de tais inquietações, na medida em que estejam ameaçadas. Dentro dessa perspectiva Mainwaring (1989) construiu o seu problema, centrado na atuação da Igreja no âmbito político e não, como fez Bruneau (1974), procurando compreender como esta participação se realiza.

A partir desse breve debate bibliográfico observamos, sobretudo, nos trabalhos de Bruneau (1974), Krische (1985) e Mainwaring (1989), que apesar de apresentarem perspectivas distintas, partem do mesmo problema, isto é, a relação da Igreja Católica com a política. Eles não procuram perceber tal Igreja como um *Corpo Místico*, no qual possui uma verdade transcendente. Assim como Romano (1979) enxergamos a presente Igreja, como uma instituição que se move no tempo histórico com profundo sentido de permanência.

De acordo com a pesquisa que estamos desenvolvendo, compreendemos a Igreja Católica como instituição relativamente autônoma por situar-se com uma certa independência em relação às esferas políticas e econômicas da sociedade. Destarte, entende-se que a Igreja não deve ser concebida como aparelho ideológico, tampouco como de hegemonia política do Estado porque tal definição implica em subsumi-la à burocracia estatal.

No período de 1955 a 1965 a Igreja Católica encontrava-se na iminência de uma crise e buscou renovar sua política através de um discurso modernizador e de uma reforma de consciências. Deste modo, a instituição procurou fazer concessões ao operariado rural para não perder a sua influência no campo. Assim sendo, ressaltamos a

importância do conceito de hegemonia² para analisarmos os mecanismos e as estratégias políticas adotadas pela instituição católica na área rural, no referido período.

No âmbito político, o governo de Juscelino Kubitschek foi caracterizado por utilizar um projeto nacional-desenvolvimentista, podendo ser sintetizado no seu tão famoso Plano de Metas. Tal plano procurava acelerar o desenvolvimento industrial do Brasil, no entanto permitiu a entrada desenfreada de capital estrangeiro no país, o que ocasionou uma forte inflação e o aumento da dívida externa.

Segundo Maria Victoria Benevides (2002), o governo Kubitschek foi marcado pelo auge do populismo, no entanto o “populismo juscelinista” (como a autora se refere) foi assinalado pela conciliação entre o moderno e o conservador e apresentou um nacionalismo diferente em relação ao de Vargas, devido à ênfase dada ao capital estrangeiro.

Percebemos que a Igreja utilizou-se do fato de existir uma industrialização desigual no Brasil, além de persistirem estruturas rurais obsoletas na região Nordeste do país, para incentivar a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),³ que visava modernizar a região e diminuir as diferenças sócio-econômicas do país. Nesse aspecto, foram organizados pela Igreja dois encontros no Nordeste, o de Campina Grande, em 1956, e o de Natal, em 1959. Ambos contaram com a presença de Juscelino Kubitschek. Evidencia-se que este processo de libertação econômica será pautado em uma ação conjunta entre Igreja e Estado, expressa através da SUDENE. Logo, Juscelino contava com o apoio da Igreja para seus projetos de desenvolvimento – também conhecido como desenvolvimentismo – e a Igreja teria o apoio do presidente na criação da superintendência.

Dentro dessa conjuntura, em 1956, foi realizado o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, que visava debater os problemas de ordem social

² O conceito supracitado refere-se à liderança de uma classe social sobre as demais, no qual o sistema de poder assenta-se não só na coerção, mas também no consentimento voluntário da classe dominada. Gramsci desenvolveu tal conceito após analisar a ampla base social que apoiou o Estado burguês após a Revolução Francesa em contraste com o *Risorgimento* italiano que contou com uma fraca base de apoio por parte dos demais setores da população.

³ A SUDENE foi criada em 1959 durante o governo de Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista adotado no período. Portanto, o governo usaria o novo órgão como elemento de administração e planejamento dos recursos públicos, a fim de promover o desenvolvimento e diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas do país.

suscitados pelas secas e pelo baixo nível de vida das pessoas desta região. Assim, tratava-se de propor e incentivar medidas que fixassem no campo os milhares de nordestinos que estavam dispostos a migrar para outras localidades do país. A seguir citaremos um trecho de uma crônica, presente na *R.E.B.*, no qual demonstra o posicionamento da Igreja em relação aos problemas sociais contidos principalmente na região Nordeste do país:

Nosso papel foi de estimuladores do bem comum, incentivadores da paz social. Mas é fundamental para nós deixar absolutamente claro que não podemos responder pela concretização do plano de ação aqui anunciado. Sem dúvida, na medida do nosso alcance, velaremos para que a experiência se inicie, prossiga e chegue a bom termo, pois vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta ilusões... O objetivo fundamental da Igreja é o Reino de Deus. Mas o Reino de Deus começa transitoriamente no tempo, para chegar, definitivamente, na Eternidade. E neste itinerário dos homens pelos caminhos da terra, interferem as condições temporais. A virtude tem, aí, também sua batalha: a batalha das condições, das necessidades materiais, interferindo no espiritual. Um lema que poderíamos pôr à face de um debate sobre os nossos problemas sociais seria aquele de São Tomás de Aquino, para quem um mínimo de bem-estar material se exige para a prática das virtudes morais. Poderíamos dizer, mesmo, para melhor situar a questão, que o exatamente necessário, no domínio do bem-estar social, se torna uma exigência cristã para salvaguardar a dignidade da pessoa humana, na sua tarefa de viver. Por isso ninguém poderá dizer que seja estranho a uma reunião de Bispos o debate dos problemas sociais, não só na equação doutrinária, mas ainda nas decisões para uma ação direta e imediata (*R.E.B.*, 1956, p. 503).

Podemos dizer que neste período a Igreja passou por transformações profundas e tomou a iniciativa de propor mudanças sociais e culturais em relação a alguns setores importantes da sociedade brasileira. A partir de uma análise institucional compreendemos que as modificações ocorridas no interior da Igreja são uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Desta forma, a instituição muda porque suas necessidades de adaptações forçam a alterações que estejam de acordo com as modificações da sociedade.

Trazendo essa análise para o nosso contexto mais específico, percebemos que as reformas sociais defendidas pela Igreja, tratavam-se, de uma estratégia para assegurar as massas no meio rural, uma vez que ao deixarem o campo, as pessoas, muitas das vezes, abandonavam também às práticas simbólicas e os valores religiosos da Igreja Católica.

Nesse contexto, percebemos que a instituição supracitada atuava em prol das modernizações das relações econômicas na área rural, a fim de atenuar as tensões

sociais na região. Nesse sentido, a Igreja organizou, em 1959, o segundo Encontro dos Bispos do Nordeste, em Natal, no qual firmou-se uma importante declaração, com minuciosas conclusões e sugestões, dentre elas, a necessidade de uma reforma agrária e de um planejamento econômico, completado por medidas imediatas e locais, a fim de propiciar o desenvolvimento de toda a região Nordeste do país. Observemos um trecho da *R.E.B.* que menciona o encontro supracitado:

Com isso seria afastada, nas horas de calamidade meteorológica, a desonestidade de aproveitadores da miséria e da fome, pecado que brada aos céus... o desenvolvimento econômico do Nordeste só atingirá sua eficiência plena se, se apoiar no esforço consciente e voluntário das forças atuantes de toda a comunidade, para o que há urgência, em todos os seus níveis, de líderes, especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a promoção do corporativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de educação de base. Esse desenvolvimento supõe que a agricultura regional mereça tratamento igual, sob todos os aspectos, ao que se vier a dar ao desenvolvimento industrial, e exige medidas não só relativas a um melhor nível alimentar mas também providências que visem à saúde pública, tendo-se em vista que as populações nordestinas são em geral subnutridas, e conseqüentemente vulneráveis no seu estado sanitário (*R.E.B.*, 1959, p. 461, 462).

Percebemos que, na opinião destes setores da Igreja, para ocorrer o desenvolvimento econômico do Nordeste é necessária a promoção de medidas locais – como melhorias na alimentação e na saúde pública – a fim de utilizar uma mão-de-obra sadia para os empreendimentos visados em tal região do país.

Podemos dizer que as modificações ocorridas na Igreja resultaram de um conjunto de transformações no campo político, econômico e social, além das mudanças ocorridas no posicionamento social católico em um plano internacional. Assim sendo, isolar as condições sociais e políticas ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo.

As encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), promulgadas pelo Papa João XXIII, mudaram o pensamento católico oficial da época e desenvolveram uma nova concepção de Igreja, em conjunto com o mundo secular moderno. Tais medidas estavam comprometidas em melhorar o destino dos seres humanos e promover a justiça social dentro da ordem econômica capitalista, que se mostrava bastante excludente com amplos setores da população mundial. Além disso,

teve início em 1962 o Concílio Vaticano II⁴, sob a orientação do Papa João XXIII, no qual reuniu bispos do mundo inteiro em Roma para discutir uma concepção mais aberta de Igreja.

A despeito das divergências que giravam em torno das mudanças, o Concílio (1962-1965) destacou a importância do laicato dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como “o povo de Deus”, além de realçar a missão social da instituição.

Desta forma a Igreja prega a necessidade de uma nova organização filosófico-religiosa aliada às reformas sociais, sobretudo à reforma agrária, a fim de melhorar as condições humanas no meio rural e extirpar os pretextos para a difusão de idéias comunistas; além de destacar que a missão da Igreja não é apenas levar a mensagem religiosa para a população, mas perpassar a esfera dos assuntos temporais.

A Igreja Católica reformula sua atuação no meio rural

Durante as décadas de 1950 e 1960, a Igreja Católica propôs um determinado modelo de reforma agrária para o país. Então. Qual tipo de reforma agrária a Igreja propôs? Será que visava unicamente os interesses dos grupos desfavorecidos? Neste momento, iremos expor como a Igreja se inseriu nos debates sobre a reforma agrária, no período em que setores da sociedade brasileira se radicalizavam e o problema agrário encontrava-se no âmago das disputas de então.

No decorrer da década de 1950 ocorreram diversos congressos rurais, onde houve a apresentação de vários projetos de reforma agrária e foram postos em pauta a crise de abastecimento alimentar nas grandes cidades, tudo isso contribuiu para incrementar ainda mais a disputa em torno de uma revisão da nossa estrutura fundiária.

Dentro da perspectiva nacional-desenvolvimentista, a reforma agrária era fundamental para que o capitalismo no país conseguisse atingir um nível superior de desenvolvimento econômico. Por sua vez, era necessário elevar a produção agrícola e, concomitantemente, se buscava expandir o mercado interno para os bens

⁴ Podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi a mais ampla reforma da história da Igreja, a fim de tornar o catolicismo relevante em um mundo moderno que encontrava-se em rápida transformação. Nesse sentido, o Vaticano II aprovou medidas como a missa nas línguas nacionais, uma maior ênfase nos leigos, na justiça social e nos direitos humanos. Inspirada no novo espírito criado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica no Brasil busca se aproximar da religiosidade popular. Para um aprofundamento ler: AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

manufaturados. Por tais razões, propunha-se uma melhor redistribuição de terras improdutivas a fim de combater os conflitos sociais e gerar um maior desenvolvimento econômico.

Apesar de a instituição católica ser um tanto conservadora, quando o que está em questão, são os direitos de propriedade, havia na Igreja amplos setores que vislumbravam a necessidade de uma mudança radical na nossa estrutura fundiária como a única forma de evitar o agravamento dos conflitos no campo. Como exemplo, podemos citar a I Semana Ruralista da diocese de Campanha, localizada no interior de Minas Gerais, onde o bispo Dom Inocêncio Engelke, escreveu uma carta pastoral intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural* (1950), no qual expressava o receio da Igreja Católica deixar de exercer a sua influência no meio rural, nesse sentido o bispo fazia alertas, como o da necessidade de precipitar as reformas sociais no campo para a Igreja não perder o operariado rural, após ter perdido o urbano. Portanto, este documento expunha as preocupações que se mantiveram no centro das inquietações de amplos setores da Igreja nas décadas seguintes, como: o êxodo rural; os efeitos desagregadores da vida na cidade; o perigo do comunismo e a agitação política no campo.

Podemos dizer que a Carta Pastoral propunha uma reforma de estrutura de base, com o intuito de formar líderes rurais a fim de manter sob seu controle o imenso proletariado rural. Assim, a Igreja acreditava que os camponeses apoiados na ação e na palavra de elementos de seu meio, conseguiriam defender-se mais facilmente das idéias externas ao meio rural.

Percebemos que diante da ameaça de idéias exógenas ao meio rural brasileiro – tais como o ateísmo materialista – a Igreja procurou manter sua influência, utilizando como estratégia a mudança social. Nesse sentido, tal instituição buscou se aliar com os camponeses e defender as causas destes trabalhadores visando outros interesses que estavam para além da instância da promoção da justiça social.

A luta pela cidadania política dos trabalhadores rurais também estabeleceu uma nova realidade na história social do Brasil. Assim, as Ligas Camponesas⁵ surgem no cenário nacional como instrumento de resistência de pequenos agricultores e não-

⁵ As Ligas Camponesas surgiram em 1955, no estado de Pernambuco e eram lideradas por Francisco Julião, além ter recebido o apoio do Partido Comunista Brasileiro.

proprietários, que lutavam contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam e posteriormente apresentaram uma rápida expansão na região Nordeste do país.

O presente movimento contestava, sobretudo, a dominação econômica e política a que as populações rurais estavam submetidas havia séculos. Em alguns lugares, incidiram conflitos armados entre proprietários de terras e camponeses; deste modo os latifundiários mandaram perseguir e assassinar líderes rurais, portanto, os proprietários de terras estavam cada vez mais alarmados com a politização das massas.

Na luta em prol da reforma agrária, as Ligas se associaram com outras organizações políticas de cunho progressista, participando de passeatas, comícios e manifestações no Congresso em defesa das reformas de base.

Por tais razões, a Igreja adotou como estratégia o apoio à sindicalização rural a fim de combater as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião. Daí a necessidade de criação dos sindicatos cristãos, uma vez que a instituição católica manifestava o receio de que as Ligas Camponesas se expandissem para outras regiões do Nordeste, no processo de arregimentação dos trabalhadores rurais para sua causa. Deste modo, percebemos uma disputa entre as organizações de esquerda e a Igreja nos sindicatos rurais.

Dentro desse panorama, ocorreu uma modificação das forças políticas nacionais, mormente, as que compuseram o pacto populista. Destarte, o movimento social repercutiu fortemente dentro da lógica populista, e a Igreja Católica entrou na disputa para conquistar espaço ideológico, político e, sobretudo, não perder sua influência sobre a classe camponesa. Nesta conjuntura, a Igreja percebia as mudanças que estavam ocorrendo no campo e julgava necessária uma proposta preventiva de ação, como analisaremos adiante. Assim, as características consideradas negativas seriam transmitidas por leituras e pelo rádio. ⁶ É importante ressaltar que com a chegada dos meios de comunicação as idéias progressistas ganhavam força no campo, deste modo, era desmitificada a imagem do homem rural como um ser passivo, que não faz

⁶ Em relação às representações do campo e da cidade, percebemos que o primeiro era associado à paz, a inocência e a simplicidade; enquanto a segunda era vista como o centro de realizações, de comunicações e do saber. Além disso, existem as associações negativas, no qual o campo é considerado um lugar de atraso, de ignorância, e a cidade como local de barulho e de mundanidade. Para uma maior compreensão das representações da cidade e do campo, ver: WILLIANS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

questionamentos a respeito das desigualdades sociais, atribuindo a estas explicações divinas.⁷

Outro ponto importante diz respeito à necessidade dos agricultores de modernizarem suas técnicas. Tal transformação era considerada, por alguns, mais urgente que a reforma agrária. No entanto, os setores mais conservadores das elites estavam atentos para os perigos que poderiam acompanhá-los ao se adequarem às novas técnicas de produção, uma vez que o desenvolvimento técnico da agricultura e os contatos constantes com a vida no meio urbano, por meio do rádio e de outros meios de comunicação, poderiam influenciar no estilo de vida e na sua forma de pensar da massa camponesa.

Durante a década de 1950, a Igreja se deparou com diversas modificações sócio-culturais advindas do aceleramento da industrialização, de maneira que a população urbana possuía acesso a outras correntes religiosas, tais como, o protestantismo, o espiritismo kardecista, a umbanda, dentre outras, e a correntes político-filosóficas como o pensamento marxista e tantas outras ideologias de esquerda⁸. No entanto, essas religiões e o ideário de esquerda, que tanto desafiavam a hegemonia católica nas cidades, ameaçavam atingir também o campo, e a Igreja, por sua vez, considerou imprescindível a mudança em sua linha de ação. Assim sendo:

(...) o aumento do peso relativo do pólo urbano na composição das massas católicas, que colocava a Igreja numa situação de ter que reformular seus projetos e métodos pastorais, tinha sua contrapartida na percepção do risco eminente que ela corria de perder as massas rurais, justamente aquela parcela da população em que o peso cultural do catolicismo tradicional ainda assegurava ao clero condições de hegemonia ideológica (PIERUCCI; SOUZA e CAMARGO, 1986, p. 335).

Nesse contexto, devemos ressaltar a permanente idéia de missão da Igreja, isto é, a sua necessidade de evangelização e orientação moral, para tanto, o rádio era tido como

⁷ Para um aprofundamento a respeito do tema, recomendo ler: AZZI, Riolando; GRISP, Klaus Vander. “Assistência rural e reforma agrária” *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II terceira época - 1930 -1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁸Segundo a interpretação católica, outro problema sério que estava ameaçando o campo era a infiltração do comunismo. Sendo assim, a Igreja acreditava em uma mudança de tática dos comunistas, ou seja, estes saíam dos centros urbanos em direção à zona rural, utilizando a luta da reforma agrária como catalisador para a luta anticapitalista. Diante desse cenário, de aproximação de idéias socialistas no meio rural, setores da Igreja pregavam um caráter de urgência das reformas sociais, uma vez que tal instituição acreditava que os comunistas incitavam a população do campo à desordem generalizada através da luta contra a propriedade privada, e a religião.

o meio mais eficaz para atingir as massas. Desta forma, acreditavam que uma emissora de rádio católica facilitaria a transmissão dos valores cristãos a um maior número possível de pessoas, e por sua vez se sobreporia aos discursos exógenos ao meio rural. Vejamos o que disse um missionário francês a respeito do tema, na seção *Assuntos Pastorais* da *R. E. B.*:

Vejo nesta diocese, onde exerço meus ministérios, muitos sacerdotes ocupados em fazer ou reparar igrejas. Empregam somas enormes para isso. Pergunto para mim mesmo para que serve tudo isso sem a propaganda anticomunista; apoderando-se do país, este regime condenará a Igreja ao silêncio das catacumbas. As igrejas se transformarão, como na China e alhures, em salas de cinema ou de bailes. Não digo que não seja necessário construir igrejas, mas ao mesmo tempo seria mister provocar em todo o país um movimento, a fim de se conseguir quanto antes uma grande estação de rádio católica. E então que força maravilhosa para atingir esses milhões de operários do Rio, São Paulo, etc., que são os mais poderosos sustentáculos do comunismo? Não, lerão o jornal católico, mas muitos ouvirão o rádio (R.E.B., 1955, p. 415).

Dentro dessa lógica, compreendia-se que a base rural da Igreja estava ameaçada devido à agitação política e a intensificação das más condições de vida no campo. Nesse sentido, tal instituição enxergava como uma alternativa viável para não perder sua hegemonia, a defesa do discurso desenvolvimentista e a proposta de uma reforma agrária nos moldes capitalista.

Portanto, para solucionar os problemas que estavam atingindo o campo, estes grupos enalteciam a tecnologia moderna, pois acreditavam que, dotado de técnica agrícola, o homem rural poderia render mais em seu trabalho. Assim, a necessidade de uma nova tecnologia não era interrogada, somente se insistia que ela fosse acompanhada por uma renovação espiritual e por um processo educativo.

Nesse sentido, temos o surgimento do *Movimento de Educação de Base (MEB)*⁹ criado em 1961, através de um acordo entre o presidente Jânio Quadros e o bispo progressista de Aracaju, Dom José Távora. Deste modo, o Estado iria financiar e a Igreja executar um programa de educação básica, no qual apresentava como um dos seus principais objetivos: a alfabetização e a mobilização social, através da conscientização. Assim sendo, ao pesquisarmos a *R.E.B.* observamos a aliança entre a Igreja e o Estado expressa através do *MEB*:

⁹ Segundo Bruneau, depois do MEB, o sindicalismo rural foi o programa mais importante a fim de promover a mudança social.

Por decreto presidencial de 21-3-1961 foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base), mediante um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB tem por objetivo ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste – através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada. Por “educação de base” entende-se a alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do país, a educação sanitária, a iniciação agrícola, a iniciação democrática, a diversão sadia e a *formação cristã* (R.E.B., 1961, p. 496).

Percebemos que, para manter sua hegemonia, a Igreja Católica seguiu o lema de *evangelizar e orientar* a população rural utilizando como instrumento o *MEB*, pois este movimento possuía a finalidade de introjetar os valores cristãos no homem rural e não apenas dar-lhe uma educação e qualificação formais que o preparasse para a vida em um país que passava por rápidas transformações econômicas. Nossa opinião é endossada pelo discurso de um padre franciscano na *R.E.B.*, no início da década de 1960: “Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que sem educação de base será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento” (R.E.B., 1961, p. 952).

Nesse sentido, para sustentar os valores cristãos, era mister reformar as consciências das populações camponesas. E acreditamos ser essencial a utilização de Gramsci em nosso referencial teórico para compreendermos as estratégias adotadas pela Igreja Católica para continuar vivendo na mente do povo. De tal modo:

Nas condições modernas, argumenta Gramsci, uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas pode ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico. Este bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias (BOTTOMORE, 2001, p. 177).

Consideramos de suma importância, abordarmos, o *Movimento de Educação de Base* por considerá-lo uma estratégia de hegemonia, para compreendermos as tentativas de mudanças de consciências realizadas pela Igreja, a fim de incutir e garantir os valores da doutrina social cristã nos trabalhadores rurais. Deste modo, os camponeses se posicionariam mais facilmente em prol de uma reforma agrária nos moldes legais,

dentro da ordem, que garantiria o direito de propriedade e a conservação da religião católica.

Em 1960 ocorreu a declaração dos arcebispos e bispos presentes à reunião das províncias eclesiais de São Paulo, a fim de discutir o projeto de *Revisão Agrária* do governo paulista. Nesta declaração, os bispos dirigiam-se primeiramente aos proprietários rurais fazendo um apelo no qual, afirmavam que a paz social do país encontrava-se nas mãos de tais proprietários, e pediam que estes examinassem com cautela o projeto em questão.

No que concerne aos trabalhadores, os bispos solicitavam que procurassem um sacerdote, a fim de orientá-los no plano de *Revisão Agrária*. Isto evitaria que os camponeses interpretassem mal o referido projeto. Vejamos o que diz a declaração a esse respeito, publicada na *R.E.B.*:

Vossa responsabilidade também é muito grave. Procurai, quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos dê a palavra exata sobre o alcance da Revisão Agrária, pois seria uma lástima desconhecê-la e seria um perigo entendê-la mal, caso ela vos fôsse apresentada de modo tendencioso por agitadores interessados em explorá-la...Quando o comunismo vos convidar para grupos e ligas de defesa dos vossos interesses, já deveis estar organizados em núcleos democráticos e construtivos que desejamos ajudar a criar, independente de qualquer exigência religiosa (R.E.B., 1961, p. 136-137).

A partir do fragmento citado acima percebemos que a Igreja Católica procurou persuadir o operariado rural a aderir este projeto, argumentando que a *Revisão Agrária* visava melhorar as condições de vida no campo e que para isso não teria necessidade de nenhuma “agitação vermelha”, logo percebemos uma disputa de hegemonia entre um projeto de esquerda revolucionário e um projeto legalista cristão.

Em relação aos sacerdotes, sobretudo os párocos, o projeto atribuía uma enorme responsabilidade, no sentido de procurar os proprietários rurais e explicar o objetivo do plano sobredito, mostrando que nesta conjuntura a reforma agrária tornou-se inevitável. Ao mesmo tempo cabia-lhes a responsabilidade de tutelar os trabalhadores rurais na interpretação do projeto. Portanto, os padres se apresentavam como mediadores entre as classes em conflito e como líderes na defesa de um projeto da Igreja em aliança com o Estado:

Procurai, um a um, os proprietários rurais que têm propriedades em vossas paróquias. Transmitem-lhes o espírito autêntico da Revisão Agrária. Afastai dúvidas. Removei possíveis preconceitos. Conciliai boa vontade. Não vacileis em afirmar que a Reforma Agrária é inevitável; a escolha é entre uma reforma equilibrada e razoável e a revolução rural que o comunismo ateará explorando a situação precária e, por vezes explosiva, do meio rural (R.E.B., 1961, p. 136, 137).

Desta forma, os bispos mencionavam que seria um erro imaginar que todo modelo de reforma agrária conduziria ao socialismo, ao contrário, existiria um modelo que o evitaria. E concluíam que neste momento existiam duas opções: a primeira seria uma reforma agrária dentro dos moldes legais, comedida e benéfica à sociedade; e a segunda seria a revolução agrária nos padrões comunistas, que faria ruir toda a ordem e valores até então existentes.

Fica evidente, desta forma, que existia um temor, por parte da Igreja, de que houvesse uma revolução no campo. Assim, a mobilização da instituição católica em prol de um modelo pacífico de reforma agrária, que promovesse a justiça social sem a alteração do *status quo*, demonstra o seu empenho em considerar o projeto paulista como exemplo para todo o país.

Portanto, os bispos apresentavam a meta de promover as reformas sociais que satisfizessem aos anseios das massas, tornando-as menos suscetíveis às idéias de esquerda. Deste modo, a Igreja alterou a sua estratégia de influência, ou seja, deixou de apoiar a figura do coronel latifundiário local e passou a incentivar os camponeses a lutarem por melhores condições de vida. Compreendemos que a instituição supracitada fez concessões às classes dominadas visando um projeto de longo prazo para se perpetuar no poder e conseqüentemente manter sua tradição religiosa.

Percebemos que a Igreja possuía uma idéia de missão, ou seja, ao pelear contra os problemas sociais, a referida instituição e sua doutrina permaneciam na *consciência do povo* e ao indicar soluções para tais questões, ela se propunha como fazendo parte da solução. Assim, ao pesquisarmos a *Revista Eclesiástica Brasileira* compreendemos que a Igreja defendia a utilização de uma doutrina social cristã, a fim de resolver os problemas do meio rural.

Não serão as doutrinas marxistas, atéias e desumanas, que irão salvar o homem do campo e o operário de um País Cristão e de tradições pacíficas como é o Brasil. Aí está a doutrina social da Igreja, consubstanciada na

Rerum Novarum, na *Quadragesimo Anno* e, agora, na oportuníssima *Mater et Magistra*, de João XXIII, capaz de resolver todos os problemas que afligem o homem do trabalho em nossa querida Pátria (R.E.B., 1961, p.780).

Nessa conjuntura, foi aprovado em 1963 o *Estatuto do Trabalhador Rural*, onde se estendeu ao campo muito dos direitos do operariado urbano, inclusive o da sindicalização. Desta forma, a luta pela reforma agrária foi seriamente atingida, uma vez que o *Estatuto* resolveria o problema de uma parte dos trabalhadores rurais, e, por conseguinte, os afastaria do combate em prol de tal reforma.

Podemos dizer que a Igreja avançou em muitos aspectos ao defender a sindicalização rural e uma determinada reforma agrária. No entanto, concordamos com a tese de que essas medidas progressistas eram uma forma de garantir a hegemonia de líderes católicos nas organizações que fariam a interposição política das demandas dos camponeses junto ao poder público.

Posteriormente ocorreu o golpe civil-militar de 1964, e um de seus objetivos era impedir uma revolução agrária no Brasil. Torna-se evidente o fato do governo golpista estar motivado, dentre outras coisas, a intervir na questão agrária, a fim de evitar que a população rural interferisse no *pacto de classes* que sustentava o país. Assim, o referido golpe teve, também, a finalidade de manter um pacto que impedia a entrada dos trabalhadores rurais no processo político, tal ingresso dos camponeses implicaria em uma redefinição do direito de propriedade no Brasil.

Neste período conflituoso foi lançado o *Estatuto da Terra*, que, segundo Martins (1975), foi uma maneira de armar o Estado de instrumentos capazes de administrar os conflitos sociais no campo. Devemos ter em mente que o *Estatuto* não apresentava um caráter unilateral (a favor das elites), ou seja, isso demonstra que em momentos mais graves, a pressão dos trabalhadores levava o Estado a aplicar os dispositivos a favor das classes subalternas contidos neste documento. Assim, percebemos que a classe hegemônica fez algumas concessões – dentro de certos limites – à classe dominada, com o intuito de continuar exercendo a sua liderança sobre os demais estratos sociais.¹⁰

¹⁰ Devemos ter em mente que apesar de algumas concessões feitas ao operariado rural, o que prevaleceu com o Estatuto da Terra foi os interesses dos latifundiários, enquanto que as causas dos trabalhadores foram postas em segundo plano. Para uma maior compreensão do Estatuto da Terra ver o seguinte site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. Último acesso: 06 de abril de 2013.

Assim, o *Estatuto da Terra* estabeleceu que a reforma agrária fosse prioritária nas terras ocupadas por arrendatários e posseiros. Desta forma, o Estado faria vigorar sua pacificação nas regiões mais tensas, e promoveria o apaziguamento de tensões sociais latentes no seio da sociedade rural, tensões estas que poderiam colocar em xeque, a qualquer momento, o *status quo*.

Considerações finais

Percebemos que no período estudado, a Igreja Católica ocupou um lugar significativo nos assuntos políticos do Brasil, mormente, em relação à reforma agrária e aos mecanismos utilizados pela referida instituição para a manutenção de sua influência no campo.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960 ocorreram mudanças nos projetos da Igreja no campo social. Estas transformações foram perceptíveis principalmente no Nordeste do país, onde os bispos da região passaram a discutir programas de desenvolvimento econômico, reforma agrária, projeto de educação para reduzir o analfabetismo e sindicalização rural.

Segundo Scott Mainwaring (1989), a Igreja assumiu nesse momento um projeto reformista. Deste modo, este processo se insere em um plano de transformações mais amplo, ocorridas tanto no Brasil quanto no mundo, com os novos posicionamentos da Sé Católica, no qual pregava melhorias para os seres humanos e o desenvolvimento da justiça social.

Destarte a Igreja Católica possuía um discurso de modernização do campo, através do qual acreditava que ocorreria a libertação do homem rural. Assim, com as reformas sociais, a referida instituição pretendia integrar a população rural ao sistema capitalista, através da garantia à pequena propriedade privada, visando diminuir a marginalização social. Por conseguinte, tal instituição supunha que ao defender um projeto de *Revisão Agrária*, conseguiria primeiramente melhorar a situação do homem do campo a fim de impedir o êxodo rural e, concomitantemente, evitar o processo revolucionário defendido pelos comunistas.

Grosso modo, o projeto de reforma agrária busca uma distribuição justa das terras e também uma descentralização da estrutura fundiária. No entanto, este é um

problema recorrente em nosso país, uma vez que os grandes proprietários dificultam a desapropriação de suas terras, utilizando até mesmo a jurisprudência para cobrarem valores acima do preço pelas suas terras desapropriadas.

Logo, o programa político e social do episcopado não supera, e nem poderia superar, o horizonte capitalista, uma vez que a Igreja compreende o direito de propriedade como um direito natural. Entretanto, amplos setores da instituição entenderam que para ocorrer um desenvolvimento pleno do capitalismo fazia-se necessário uma redistribuição das terras e uma modernização do campo para que a economia rural não ficasse defasada.

Por fim, as profundas desigualdades sociais no meio rural e a manutenção do latifúndio foram fatores decisivos para a conservação de uma democracia política muito distinta das reais necessidades das classes populares. O que vemos é uma democracia extremamente limitada, por ser incapaz de superar o clientelismo, os currais eleitorais e o poder dos latifundiários.

Referências

AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____; GRISP, Klaus Vander. Assistência rural e reforma agrária. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II terceira época - 1930 -1964. Petrópolis: Vozes, 2008, p.92-101.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento *In* GOMES, Ângela de Castro (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.p.21-37.

BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p.177-178.

BRUNEAU, Thomas C., *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. edição e tradução Carlos Nelson Coutinho.4ª edição.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2006.

KRISCHE, Paulo José. Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na crise de 1964 In: SOARES, Ricardo Prata e outros. *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq/ Coordenação Editorial; São Paulo: ANPOCS, 1985.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *O poder do atraso: Ensaio da sociologia da História lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Internet

Mater et Magistra (1961)

Pacem in Terris (1963)

Estas encíclicas encontram-se disponíveis no seguinte sítio:

http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/. (Acesso em 09 de julho de 2013).

Estatuto da Terra. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. (Acesso em 06 de abril de 2013).

Fontes

Periódico: *Revista Eclesiástica Brasileira*, pesquisado na Biblioteca Nacional.

“Revista Eclesiástica Brasileira”, volume 01, fascículo 01, março-junho 1941, p. 02-03. Cód. 2- 134, 01, 01.

“Pregai por sobre os telhados”, volume 15, fascículo 02, junho 1955, p. 415. Cód. 2-135, 01,12.

“O encontro dos bispos do nordeste, em Campina Grande”, volume 16, fascículo 02, junho 1956, p. 503. Cód. 2-135, 01,16.

“Segundo encontro dos bispos do nordeste”, volume 19, fascículo 02, junho 1959, p. 461-462. Cód. 2-135, 01,25.

“Líderes para a revisão agrária”, volume 21, fascículo 01, março 1961, p. 136-137. Cód. 2-136, 01,01.

“Escolas radiofônicas para educação de base”, volume 21, fascículo 02, junho 1961, p. 496. Cód. 2-136, 01,01.

“A ofensiva das Ligas Camponesas”, volume 21, fascículo 03, setembro 1961, p. 780. Cód. 2-136, 01,02.

“A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”, volume 21, fascículo 04, dezembro de 1961, p. 952. Cód. 2-136, 01,02.

Documentos da CNBB

Dom Inocêncio Engelke. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”. Campanha, Minas Gerais, 1950 *In: CNBB. Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

Recebido em 22 de Agosto 2013/
Aprovado em 5 de Dezembro 2013.